

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O CONSUMO DE LUXO NAS TEORIAS HETERODOXAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CAIO TORRES MAZZI
Matrícula: 105.046.581

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franklin Serrano

JANEIRO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O CONSUMO DE LUXO NAS TEORIAS HETERODOXAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CAIO TORRES MAZZI
Matrícula: 105.046.581

ORIENTADOR: Prof. Dr. Franklin Serrano

JANEIRO 2010

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

RESUMO

Este trabalho pretende discutir o papel desempenhado pelo “consumo de luxo” no desenvolvimento econômico, através da análise de algumas teorias heterodoxas selecionadas. O objetivo principal aqui será mostrar que a idéia recorrente de se atribuir ao consumo de luxo, a partir de restrições internas, a causa para o baixo crescimento e/ou absorção de mão-de-obra na periferia, que no estruturalismo latino-americano são exatamente os problemas mais importantes, em geral requer o apelo a hipóteses altamente criticáveis e, entre elas, à lei de Say. No primeiro capítulo serão feitas as análises daquelas teorias em que o consumo de luxo interage diretamente com os investimentos, produzindo efeitos sobre o crescimento e, por vezes, sobre a inflação. No segundo capítulo, o mais breve, será feita uma análise da interessante teoria de Ragnar Nurkse sobre a relação entre consumo de luxo e contas externas. No terceiro capítulo o foco será direcionado para as teorias em que o consumo de luxo afeta, de maneira crucial, a tecnologia produtiva, para, daí, produzir seus efeitos sobre o investimento e o crescimento. Na conclusão alguns desses argumentos são rememorados com a finalidade de retomar o objetivo inicial exposto nesta introdução.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES COM O INVESTIMENTO	9
I.1 – Consumo de Luxo e Poupança.....	10
I.2 – Consumo de Luxo e Poupança Forçada.....	15
I.3 – Consumo de Luxo e Realização Dinâmica.....	19
I.4 – Consumo de Luxo Supermultiplicado.....	22
CAPÍTULO 2 – CONSUMO DE LUXO E BALANÇO DE PAGAMENTOS.....	24
CAPÍTULO 3 – RELAÇÕES COM A TECNOLOGIA.....	26
I.1 – Consumo de Luxo e Dimensões de Mercado	26
I.2 – Consumo de Luxo, Estagnação e Dependência	31
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutiremos o papel desempenhado pelo “consumo de luxo” no desenvolvimento econômico, através da análise de algumas teorias heterodoxas selecionadas. A análise será feita de maneira bastante breve. No entanto, o tema não é exatamente simples e é importante fazer algumas considerações de caráter geral, com o intuito de precisar um pouco melhor as questões que aqui serão abordadas.

Em termos das teorias selecionadas, serão analisadas contribuições de Raúl Prebisch, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, José Serra e Franklin Serrano. A escolha desses autores se justifica tanto por sua importância, dentro da literatura desenvolvimentista, quanto por sua originalidade. O propósito será exatamente observar a quantidade de articulações distintas que se pode buscar para um agregado tão particular quanto o “consumo de luxo” dentro teoria econômica.

Deve-se ter em vista também, que, nas teorias heterodoxas, em geral não se admite que haja escassez do fator trabalho na economia. Trata-se de uma clara ruptura com a abordagem neoclássica. Nesta última, a força de trabalho é considerada escassa e, em condições competitivas, tende a ser plenamente empregada¹. Nas teorias heterodoxas, em geral se admite que a força de trabalho “(...) à longo prazo acompanha endogenamente o crescimento da economia e das oportunidades de emprego. Isso se dá por diversos caminhos, seja por imigração internacional ou absorção de mão-de-obra dos setores atrasados e/ou informais, por mudanças na taxa de participação, etc.” (Serrano, 2001, p. 5)

As economias subdesenvolvidas, em particular, têm como principal característica o fato de que, nelas, o estoque de capital é escasso e insuficiente para empregar produtivamente toda a força de trabalho, seja porque a produtividade marginal do trabalho torna-se inferior ao salário de subsistência, como no “modelo de Lewis”, seja por conta de indivisibilidades e complementaridades na própria tecnologia produtiva. De uma forma ou de outra, o fator que acaba limitando o nível de produto potencial é sempre, dada a tecnologia, o estoque de capital

¹ Para uma análise crítica das teorias neoclássicas da distribuição ver Serrano (2001). Para a crítica às teorias neoclássicas do crescimento ver Cesaratto & Serrano (2001).

e, portanto, o crescimento do produto fica dependendo diretamente do crescimento deste último².

Outra questão que merece atenção é a definição do que viria a ser o “consumo de luxo”. O termo em si nem sempre aparece na literatura que será citada ao longo deste trabalho, mas isso não é necessário. O importante é que se tenha claro que este se liga às modalidades de consumo praticadas pelas elites, classes altas e/ou capitalistas e que não se encontram acessíveis à população em geral, além de, obviamente, não serem capazes de criar capacidade produtiva. Dessa forma, quando Tavares e Serra (1970) fala em “consumo das classes altas”, isso não significa que todo consumo dessas classes é consumo de luxo, mas que, como grande parte certamente o é, a idéia ainda se aplica àquela definição. Igualmente, quando, nesse mesmo trabalho, se usa o termo “consumo conspícuo” ou o termo “consumo suntuário”, isso não quer dizer que necessariamente todo consumo de luxo se encaixe nessas duas modalidades, mas como, certamente, ambos estão incluídos na categoria consumo de luxo, os termos acabam sendo, do ponto de vista deste trabalho, substitutos quase perfeitos. O importante é que se tenha sempre em mente a definição inicial. Sempre que se estiver, direta ou indiretamente, diferenciando o consumo de uma minoria elitizada do consumo do resto da população, o primeiro estará sendo tratado como “consumo de luxo”.

O objetivo principal aqui será mostrar que a idéia recorrente de se atribuir ao consumo de luxo, a partir de restrições internas, a causa para o baixo crescimento e/ou absorção de mão-de-obra na periferia, que no estruturalismo latino-americano são exatamente os problemas mais importantes, em geral requer o apelo a hipóteses altamente criticáveis e, entre elas, à lei de Say³.

Optou-se pela divisão deste trabalho em três capítulos distintos. No primeiro capítulo serão feitas as análises daquelas teorias em que o consumo de luxo interage diretamente com os investimentos, produzindo efeitos sobre o crescimento e, por vezes, sobre a inflação. No

² Essas relações podem ser melhor entendidas da seguinte forma: seja a relação produto-capital efetiva $Y/K = Y/Y^p \times Y^p/K$, onde Y/Y^p = grau de utilização da capacidade instalada e Y^p/K = relação produto-capital normal. Vamos supor que $Y/Y^p = 1$. Nesse caso, teremos o produto, $Y = K \times Y/K$ e o nível de emprego, $L = Y \times L/Y$, ou $L = K \times Y/K \times L/Y$, onde L/Y é o inverso da produtividade do trabalho. Vê-se que acréscimos no estoque de capital ou em sua produtividade aumentam o produto e o nível de emprego. Contrariamente, aumentos na produtividade do trabalho reduzem o nível de emprego, embora não afetem o produto que, como se supõe, é determinado pelo estoque de capital. Baseado em Serrano (2005).

³ No capítulo 2 a hipótese de economia fechada é relaxada e consumo de luxo passa a influir na evolução das contas externas. No entanto, nessa teoria isso acontece essencialmente por meio de uma restrição interna de oferta, que acaba por provocar maiores importações.

segundo capítulo, o mais breve, será feita uma análise da interessante teoria de Ragnar Nurkse sobre a relação entre consumo de luxo e contas externas. No terceiro capítulo o foco será direcionado para as teorias em que o consumo de luxo afeta, de maneira crucial, a tecnologia produtiva, para, daí, produzir seus efeitos sobre o investimento e o crescimento. Na conclusão alguns desses argumentos são rememorados com a finalidade de retomar o objetivo inicial exposto nesta introdução.

CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES COM O INVESTIMENTO

Este capítulo será dividido em quatro seções distintas. Tal divisão busca o critério de tentar contrapor as diferentes abordagens teóricas. No entanto, deve ser salientado que as argumentações podem variar bastante entre os diferentes autores, mesmo entre os que seguem a mesma abordagem teórica. É com o objetivo de contextualizar e facilitar a comparação e a análise que abaixo tentaremos apresentar brevemente o “modelo de Lewis”. Esse modelo fornece uma ilustração interessante do processo de acumulação de capital e compõe um arcabouço básico para o entendimento das principais variáveis envolvidas. Essa exposição inicial será bastante útil também para os próximos capítulos.

O “modelo de Lewis” foi de extrema influência no pensamento desenvolvimentista em geral⁴. A idéia principal presente é a de que, nas economias subdesenvolvidas, a oferta de mão-de-obra é “ilimitada”.

O mercado de fatores funciona, nesse modelo, à maneira neoclássica. Dessa forma, dado o estoque de capital existente, é a curva decrescente de produtividade marginal do trabalho que determina a demanda pelo fator trabalho. Lewis ressalta então que “para se considerar que existe oferta ilimitada de mão-de-obra, não seria necessário que o trabalho tivesse produtividade marginal nula ou ínfima, bastaria que a oferta de trabalho excedesse a demanda ao nível de salário vigente na economia, no caso, o nível de subsistência.” (Scherer, 2007, p.13)

Se isso acontecesse, ou seja, se o estoque de capital existente não fosse suficiente para garantir que o nível de salário que equilibra demanda e oferta de trabalho estivesse acima do salário de subsistência, então a economia se dividiria em dois setores: um capitalista e outro de subsistência. O primeiro faria uso do estoque de capital reproduzível, enquanto o segundo não. O setor capitalista, então, contrataria trabalhadores até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se igualasse ao salário no setor de subsistência. O resto dos trabalhadores seria relegado a esse último setor.

⁴ Ver Lewis (1969). Há em Scherer (2007) uma discussão sobre esse modelo e suas interpretações. A apresentação que se faz aqui é baseada nesse trabalho.

Por outro lado, toda vez que o estoque de capital aumentasse, a demanda por trabalhadores no setor capitalista aumentaria, reduzindo o setor de subsistência. Mais ainda, estando os salários fixados ao nível de subsistência, os aumentos da produtividade média do trabalho engendrados pela acumulação de capital seriam totalmente apropriados pelos capitalistas, aumentando os lucros e o excedente inversível. Como no modelo de Lewis vale a Lei de Say, de forma que toda renda não consumida automaticamente transforma-se em investimento, esse aumento no excedente tenderia a ter esse último destino. Logo, superadas as dificuldades iniciais, o crescimento econômico do setor capitalista tenderia a se acelerar e a absorção de mão-de-obra ao setor de subsistência continuaria. Haveria, então, uma tendência clara na direção da superação do subdesenvolvimento⁵.

I.1. Consumo de Luxo e Poupança

Provavelmente, a mais recorrente hipótese sobre o consumo de luxo dentro do pensamento heterodoxo é a de que este, nas economias subdesenvolvidas, é capaz de reduzir a poupança e, conseqüentemente, o investimento e o desenvolvimento econômico. No estruturalismo latino-americano essa idéia foi central desde o início, é recorrente nos escritos de Prebisch e aparece também em Furtado. No pensamento desenvolvimentista em geral, Ragnar Nurkse foi outro a desenvolver reflexões originais sobre o tema. Por sua importância e originalidade, este capítulo se concentrará nas contribuições destes três autores sobre o assunto.

Conforme visto acima, o modelo de Lewis é claramente otimista em relação a possibilidade de crescimento e superação do desenvolvimento. “No pensamento cepalino, a despeito da sua clara filiação clássica, tal otimismo é desde o início mitigado pela hipótese de que o excedente gerado no setor capitalista da economia pode não se tornar poupança/investimento dado o excessivo consumo capitalista, ou mais geralmente, o consumo conspícuo das minorias de renda mais alta.” (Pinkusfeld e d’Ávila, 2007, p. 6) Esse fato já

⁵ Conforme já se mostrou acima (ver nota nº 2) $Y = K \times Y/K$. Dessa forma, $\Delta Y = \Delta K \times Y/K$. Dividindo por Y temos $g = I/Y \times Y/K$, onde g = taxa de crescimento do produto e I = investimentos. Como vale a Lei de Say, $I/Y = S$, onde S é a taxa de poupança da economia e como os trabalhadores não poupam, a taxa de poupança é igual à propensão a poupar dos capitalistas (S_k) multiplicada pela sua participação na renda $(1 - bL/Y)$, onde b = igual ao salário, L/Y é o inverso da produtividade média dos trabalhadores. Logo, $g = S_k (1 - bL/Y) Y/K$. Por outro lado, os salários estão fixos no nível de produtividade marginal. Logo, o modelo de Lewis é otimista em termos de crescimento e absorção de mão-de-obra, pois aqui o simples ato de investir faz aumentar a produtividade média do trabalho e, assim, a concentração de renda e a taxa de crescimento no período seguinte (se Y/R não for decrescente). No resto do texto, a não ser que se diga o contrário, suporemos que a produtividade média do trabalho (Y/L), e também do capital (Y/R), não necessariamente se alteram quando este é acumulado.

pode ser verificado no pioneiro Prebisch (1949), em que o autor destaca a necessidade de um grande esforço de acumulação de capital nas economias latino-americanas e as dificuldades advindas de “uma tendência muito acentuada a certas modalidades de consumo, que muitas vezes se mostram incompatíveis com um grau elevado de capitalização.” (Prebisch, 1949, p. 76)

A questão é que, nessas teorias, dado que vale a Lei de Say e que os trabalhadores não poupam, toda a parcela dos lucros que não for consumida pelos capitalistas automaticamente deve reverter-se em investimentos. Logo, a existência desse tipo de gasto na economia constituiria não mais do que um mero desperdício de recursos que potencialmente poderiam ser usados para acumular capital e promover o desenvolvimento econômico⁶.

Prebisch nunca desistiu desse argumento e Prebisch (1963), ao falar sobre a imensa desigualdade de renda na América Latina, vai além, calculando que: “De fato, se o consumo das camadas superiores fosse reprimido de maneira a não ultrapassar 11 vezes o das camadas inferiores, poder-se-ia passar de uma taxa de 1% de crescimento anual da renda *per capita* para uma taxa de 3%; e, se a diferença fosse reduzida para 9 vezes, essa taxa poderia elevar-se para 4% ao ano por habitante.” (Prebisch, 1963, p. 474)

Celso Furtado também dispensou alguma atenção ao assunto, embora tenha encontrado diversas outras articulações para a questão. Em uma delas, a sua “teoria da dependência”, é exatamente o consumo de luxo que impede o uso do excedente para acumulação de capital na fase primário-exportadora das economias subdesenvolvidas. Ao invés, o excedente seria usado pelas elites para reproduzir o padrão de consumo das economias avançadas, ensejando o processo de “dominação cultural”, que teria outras conseqüências na fase de substituição de importações⁷.

⁶ Na notação apresentada na nota nº 5 acima, um aumento no consumo de luxo dos capitalistas significa uma redução em S_k , o que obviamente tem impacto negativo na taxa de crescimento (g). Outra interessante maneira de ver o problema foi apresentada em Serrano (2001), que tem a vantagem de expor diretamente as relações de causalidade envolvidas na teoria. No caso desta primeira abordagem, por exemplo, tem-se que: **renda = gasto** e, portanto, **salários + lucros = consumo induzido dos trabalhadores + consumo dos capitalistas (consumo de luxo, etc.) + investimentos**. Lembrando que os trabalhadores não poupam, a relação torna-se: **investimentos = lucros – consumo dos capitalistas (consumo de luxo, etc.)**. Mostra-se então o impacto negativo do consumo de luxo sobre os investimentos.

⁷ Ver capítulo 3.

“A “lei das vantagens comparativas”, tão bem ilustrada por Ricardo com o caso do comércio anglo-lusitano, proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional, mas deixava na sombra tanto a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção, como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o processo de formação de capital. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial em formação.” (Furtado, 1974, p. 79)

No entanto, é no trabalho de Ragnar Nurkse que esse tipo de argumento assume uma forma mais bem acabada. O principal problema das economias subdesenvolvidas seria a permanência do que esse autor chama de “círculo vicioso da pobreza”. Esse “círculo”, na verdade, não é um, mas dois círculos distintos, cada um deles relacionado a uma parte do problema da formação de capital: de um lado a oferta de poupança e, de outro, a demanda por capital. Essa dicotomia é consequência do apelo à Lei de Say, ou seja, da idéia de que não há problema de demanda efetiva e de que, dessa forma, a oferta é capaz de criar sua própria demanda. Se isso é verdade, então a toda a renda que não é consumida, nem pelos trabalhadores e nem pelos capitalistas, torna-se investimento automaticamente. Conforme se verá, no pensamento de Nurkse ambas as faces do problema de formação de capital, oferta e demanda, se relacionam ao aumento do consumo de luxo, de forma que a Lei de Say continua funcionando. O que muda é a cadeia de causalidade. Nurkse não deixa dúvidas quanto a isso:

“Estamos aqui no mundo clássico da Lei de Say. Em áreas subdesenvolvidas, não há comumente brecha reflacionária provocada por poupanças excessivas. A produção cria sua própria demanda, e o tamanho do mercado depende de sua própria produção. Em última análise, o mercado só pode ser ampliado por meio do aumento geral da produtividade. Capacidade de comprar significa capacidade de produzir.” (Nurkse, 1957, p.12)

Se toda a oferta cria sua própria demanda, então o tamanho do mercado é consequência do tamanho da oferta e o tamanho da oferta é consequência do uso de capital no processo produtivo, na medida em que este aumente a produtividade dos trabalhadores. Em última instância, então, o tamanho do mercado é determinado pela produtividade dos trabalhadores, questão muito enfatizada por Nurkse.

Pode-se então apresentar o “círculo vicioso da pobreza” pelo lado da demanda por capital. “Do lado da procura, pode o estímulo para investir ser baixo em virtude do pequeno poder de compra da população, consequência da reduzida renda real, o que também ocorre por causa de baixa produtividade. Entretanto, o baixo nível de produtividade é consequência do modesto montante de capital aplicado na produção, que pode ser, por sua vez, causado, ao menos parcialmente, pelo pequeno estímulo para investir.” (Nurkse, 1957, p. 8)

O estímulo para investir seria baixo, então, devido à reduzida dimensão dos mercados nos países subdesenvolvidos. Esse é exatamente o argumento, tradicional no pensamento cepalino, de que as escalas econômicas embutidas nas tecnologias modernas seriam inadequadas às reduzidas dimensões dos mercados nos países subdesenvolvidos. Mesmo que a oferta seja capaz de criar sua própria demanda no agregado, para uma firma individual isso não é válido. A pequenez inicial do mercado anula o estímulo para investir e desencoraja a aplicação de capital em uma só linha de produção. Dessa forma, a economia ficaria presa em um “equilíbrio subdesenvolvido”, dado pela relação circular a que se fez referência⁸.

O que ocorre é que há o ímpeto para investir, mas este não pode realizar-se devido às condições específicas do mercado. A intenção de poupar existe, mas não se materializa. Como vale a Lei de Say, essa poupança “potencial” deve converter-se em algo que permita a utilização da capacidade instalada. Isso acontece por meio, parcialmente, do consumo de luxo. Segundo Nurkse, se os capitalistas não podem aplicar produtivamente sua renda, podem decidir fazê-lo de maneira improdutiva, demandando ouro, jóias, imóveis, mercadorias e moedas⁹. Nesse caso, a alta demanda por artigos improdutivos seria a contraface da baixa demanda por capital.

“A fraqueza do incentivo de mercado para o investimento privado na economia interna dos países de renda baixa pode afetar tanto o capital doméstico como o capital estrangeiro. Até certo ponto pode ser a explicação de uma observação comum do uso da poupança doméstica em tais países. A primeira dificuldade é, naturalmente, a pequenez do volume de poupança doméstica, por ser baixo o nível de renda. Surge, então, a dificuldade

⁸ A saída para esse círculo seria o “crescimento equilibrado”, ou seja, a coordenação de um grande bloco de investimentos em diversas indústrias distintas, onde os trabalhadores empregados em cada uma criam demanda para as outras, em uma espécie de externalidade de mercado, diferente da noção marshalliana tradicional. Nasce então um mercado de massas, capaz incentivar os investimentos.

⁹ Uma outra possibilidade aventada é a de “saídas perversas” de capital, dos países pobres para os países ricos, onde os investimentos seriam encorajados pela existência de um mercado de massas.

posterior, que é a tendência do emprego improdutivo da poupança: sua aplicação em imóveis, ouro, jóias, acumulação de mercadorias e de moedas nacionais e estrangeiras.”

Isso explica o primeiro “círculo vicioso da pobreza” (produtividade – tamanho do mercado – demanda por capital – gasto improdutivo, consumo de luxo, etc. – produtividade). O segundo círculo, relacionado à oferta de poupança, teria uma dinâmica distinta, mas seria, identicamente, relacionado à baixa produtividade. Nesse caso, no entanto, Nurkse destaca que a baixa renda real, ocasionada pela baixa produtividade, se reflete em um excedente de proporções pequenas. Conseqüentemente, “há pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível de renda real. A renda real baixa é reflexo de baixa produtividade, que, por sua vez, é devida em grande parte à falta de capital. A falta de capital é o resultado da pequena capacidade de poupar e, assim, o círculo se completa.” (Nurkse, 1957, p. 8)

Essa questão é muito parecida com a qual Prebisch se preocupava e aí não há nada de novo. No entanto, se por um lado Prebisch era mais pessimista que Lewis, em razão da concorrência exercida pelo consumo de luxo com relação à poupança, por outro, era possível entrever que o problema seria minorado em níveis de renda absoluta mais elevados. Dado certo nível de consumo de luxo que satisfizesse os capitalistas, crescimentos nos lucros poderiam ser revertidos à poupança. Nurkse, no entanto, pode ser considerado mais pessimista do que ambos. Segundo ele, mesmo que a produtividade e a renda se elevassem, permitindo, potencialmente, maior poupança, o consumo de luxo poderia se elevar de maneira mais do que proporcional. Isso aconteceria porque este não seria uma grandeza dada, mas uma função das diferenças de renda entre os países subdesenvolvidos e Estados Unidos. Dessa forma, se o acréscimo na renda de um país subdesenvolvido fosse menor que na renda americana, o problema do consumo de luxo tenderia a se agravar¹⁰.

Essa interessante noção seria baseada na teoria do consumo de J. S. Duesenberry, que enfatizava o “efeito de demonstração”. Segundo ele, “quando as pessoas entram em contato com mercadorias ou formas de consumo superiores, (...) estarão, depois de algum tempo, dispostas a sentir certo desassossego e insatisfação. O seu conhecimento é ampliado e estimulada sua imaginação.” (Nurkse, 1957, p.67) Essa consideração se baseava na

¹⁰ Nurkse não define se é a diferença absoluta ou proporcional entre os níveis de consumo que importa. Esse seria um problema somente resolvível por “convenção arbitrária”.

observação de que, no Estados Unidos, o nível médio de poupança das famílias que ganhavam 1.500 dólares em 1917, que era de 8% em 1917, teria caído a zero em 1941. Dessa forma, a nível internacional, Nurkse rejeita a idéia vebleniana de consumo conspícuo, enfatizando o “efeito demonstração”, ou seja, a emergência de novos hábitos e necessidades a partir do contato com as formas de consumo superiores que prevaleciam nos EUA. Esse problema seria agravado pela habilidade americana em propaganda e por “invenções recentes, tais como o cinema, o rádio e a aviação”, que teriam facilitado o contato com os padrões de consumo americanos.

I.2. Consumo de Luxo e Poupança Forçada

O principal problema das abordagens acima é, claramente, o apelo que se faz à Lei de Say. Esse recurso deve ser considerado amplamente insatisfatório no contexto das teorias heterodoxas do desenvolvimento econômico, pois não pode ser justificado facilmente¹¹. As contribuições teóricas de Keynes e Kalecki tornaram explícito o fato de que, em uma economia monetária, é o investimento que determina a poupança agregada e não o contrário, como se supõe acima. Logo, renda não consumida não tem que necessariamente traduzir-se em investimento.

Esse novo marco teórico deu origem a diferentes teorias da acumulação, sendo uma delas a chamada “teoria da distribuição de Cambridge”¹². Nessa teoria o investimento é variável exógena e a distribuição de renda entre lucros e salários (e não o produto) é a variável endógena. No final, assim como nas teorias neoclássicas, é a demanda que se ajusta a capacidade produtiva, e não o contrário¹³.

Esse modelo pode ser construído com base em três hipóteses: (i) no longo prazo, os preços dos bens são flexíveis de forma que mudem sempre na mesma direção que a diferença entre o grau de utilização da capacidade efetiva e o normal ou ‘planejado’; (ii) apenas os capitalistas poupam (embora eles não poupem toda a sua renda) e todo o gasto dos trabalhadores é induzido; (iii) os capitalistas, dessa forma, possuem reservas ou acesso a

¹¹ Para uma crítica a idéia de que a poupança determina diretamente o investimento ver Serrano (2000). Uma crítica ao mecanismo neoclássico que tenta obter o mesmo resultado da Lei de Say a partir de variações da taxa de juros ver Serrano (2001).

¹² Essa teoria teria sido originalmente proposta por Keynes ao analisar uma situação de economia de guerra dos anos 40 e foi proposta na década de 50 como uma teoria válida em condições normais do capitalismo por alguns economistas ligados a Cambridge, como Nicholas Kaldor, Joan Robinson e Luigi Pasinetti (entre outros).

¹³ Ver Bastos e Pereira (2006) e Serrano (2001)

poder de compra em montante relativamente alto, de modo que seus dispêndios são relativamente independentes dos rendimentos em cada período.

Nessa economia, sempre que houver um aumento autônomo nas decisões de investir, partindo de uma situação de plena capacidade, a demanda agregada ficará acima da capacidade produtiva normal. Pela primeira hipótese, isso acarretará um aumento de preços na economia que, pela terceira hipótese, terá o efeito de reduzir a participação dos salários no produto agregado. De acordo com a segunda hipótese então, haveria um aumento da poupança nessa economia até que esta corresponda ao montante agregado de investimentos. A distribuição de renda estará variando sempre que investimento e consumo forem elevados (ou baixos) demais, de forma a manter a utilização da capacidade produtiva em seu nível normal. A redução nos salários reduzirá a produção nos setores que estiverem produzindo bens para os trabalhadores, liberando recursos produtivos para a produção de bens para investimentos. No final, os investimentos terão determinado a poupança por meio da redução da participação dos trabalhadores na renda agregada, mecanismo que ficou conhecido como “poupança forçada” dos trabalhadores. Tudo isso se daria de maneira absolutamente simétrica se ocorresse o oposto, ou seja, se as decisões de investimento se reduzissem a partir de uma situação de plena capacidade.

Essa idéia foi bastante popular no pensamento desenvolvimentista. Embora rejeitasse a teoria da distribuição de Cambridge para economias desenvolvidas, “no que diz respeito a economias em desenvolvimento, (...) Kalecki (1953) em conferência apresentada no México seguia exatamente o raciocínio descrito acima para uma situação de excesso de demanda. (...) As mesmas idéias foram defendidas por Kaldor (1956) após visita ao Chile (Palma, 1989)” (Serrano, 2001).

Essas idéias acabaram por se difundir no pensamento cepalino, particularmente através da influência de Aníbal Pinto. Segundo esse autor, “Em certos países, durante algum tempo, essa fonte (*o setor exportador*) cobriu grande parte das exigências, sobretudo com a melhoria do comércio externo entre o começo da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 50. Entretanto, tudo isso não foi suficiente para reunir todos os recursos exigidos pelo investimento privado e pelo crescente gasto público, de modo que, em proporção diversa e com juízos diferentes, se recorreu à emissão monetária. Em outras palavras, por essas maneira se criaram forçosamente as ‘poupanças’ necessárias aos agentes públicos e privados

para financiar uma parte importante de seus investimentos”. (Pinto, 1978, p.24, conforme citado por Bastos e Pereira, 2006)

Tavares (1967) “expõe claramente o argumento de que a ausência de uma estrutura capaz de ofertar a poupança necessária ao investimento teria levado ao financiamento inflacionário” (Bastos e Pereira, 2006) quando afirma que: “Numa primeira etapa, suas raízes estruturais emergem das modificações rápidas e profundas no aparelho produtivo que provocam uma demanda crescente por recursos financeiros sem a contrapartida de um desenvolvimento paralelo de estrutura financeira capaz de captar os fluxos necessários de poupança e de transferi-los por forma concentrada aos vários setores que lideravam o processo de expansão. A inflação apresenta-se, assim, como um mecanismo heterodoxo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital” (Tavares, 1967, conforme citado por Bastos e Pereira, 2006).

Também Furtado afirma que: “À falta de uma política coerente, as modificações estruturais necessárias foram realizadas através de uma sucessão de desequilíbrios que assumiram a forma de processos inflacionários. Não cabe afirmar que a inflação tenha sido necessária à industrialização. (...). Mas o que não resta dúvida é que a industrialização que se realizou apoiou-se na inflação. Esta última não foi exterior ao processo de industrialização: serviu-lhe de instrumento na remoção de obstáculos”. (Furtado, 1961, p. 243, conforme citado por Bastos e Pereira, 2006)

Serra (1981) também parece fazer uso teoria da distribuição de Cambridge quando afirma: “A inflação brasileira pode ser encarada, na melhor tradição da análise estruturalista, como reflexo da rapidez e intensidade das transformações na economia, com implicações em termos de mudanças nos preços relativos. Sua funcionalidade explica-se pela incapacidade do sistema de intermediação financeira de mobilizar poupança para financiar os investimentos ou de articular organicamente o capital financeiro ao industrial”.

A teoria da distribuição de Cambridge tornou-se muito aceita para explicar o processo inflacionário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao período do Plano de Metas (1956-1963)¹⁴ e acabou por embasar as medidas de um dos mais importantes planos de estabilização da história do país, o PAEG, levado a cabo pelos militares no período seguinte, logo após o golpe de 1964. A citação seguir é de André Lara Resende, a respeito do PAEG:

¹⁴ Bastos e Pereira (2006) faz também uma revisão crítica dessa hipótese.

“A manutenção, ou promoção, da capacidade de poupança da economia é associada em todos os níveis ao sucesso na luta contra a inflação, deixando transparecer um diagnóstico heterodoxo que associa a inflação à poupança forçada. Tal diagnóstico fica mais explícito na descrição das bases do programa desinflacionário. A inflação brasileira era diagnosticada como “resultado da inconsistência da política distributiva, concentrada em dois pontos principais: (i) no dispêndio governamental superior à retirada de poder de compra do setor privado, sob forma de impostos ou de empréstimos públicos; (ii) na incompatibilidade entre a propensão a consumir, decorrente da política salarial, e a propensão a investir, associada à política de expansão de crédito às empresas.” (Resende, 1989, p. 215)

Na teoria da distribuição de Cambridge, o consumo de luxo não afeta negativamente o crescimento econômico. No entanto, ele aprofunda o mecanismo de extração de “poupança forçada” dos trabalhadores. Como é a distribuição de renda que varia com os investimentos, e não a propensão a poupar dos capitalistas, essa teoria supõe que, assim como no caso dos trabalhadores, o consumo dos capitalistas é totalmente induzido.¹⁵ Logo, dada a propensão a poupar dos capitalistas, o mecanismo de extração de poupança forçada deverá ser tão maior quanto menor for esta, ou igualmente, quanto maior for o consumo dos capitalistas.¹⁶

Segundo Serrano (2001) não é por outra razão que: “As mesmas idéias foram defendidas por Kaldor (1956) após sua visita ao Chile (Palma, 1959). Combinando sua teoria da distribuição com a idéia cepalina do gasto improdutivo na América Latina ser desproporcionalmente elevado e suntuoso imitando os padrões de consumo dos países ricos, Kaldor passou a argumentar que o gasto improdutivo era responsável na economia latino americana não por um lento ritmo de acumulação, mas pela tendência a concentração de renda e inflação”. (Serrano, 2001). De acordo com este mesmo autor, recentemente Palma (1996) teria retomado argumento de Kaldor, afirmando que quanto maior o gasto improdutivo menor será o consumo induzido dos trabalhadores a longo prazo.

A teoria da distribuição de Cambridge tem muitos problemas. Em primeiro lugar, é bastante implausível que, em caso de queda nos investimentos, os capitalistas decidam

¹⁵ Serrano (2001) faz uma crítica a essa hipótese.

¹⁶ Conforme Serrano (2001), podemos partir da abordagem anterior, onde tínhamos: **investimentos = lucros - consumo dos capitalistas (consumo de luxo, etc.)**. Na teoria da distribuição de Cambridge, no entanto, essas relações mudam. Como os lucros são uma parcela do excedente, temos então que: **parcela dos lucros = (investimentos + consumo dos capitalistas)/produto**. Ver nota nº 6.

reduzir preços a ponto dos trabalhadores enriquecerem o suficiente para aumentar a demanda agregada até o nível compatível com a utilização normal da capacidade instalada. Isso só faria sentido se o objetivo das empresas fosse maximizar a produção ao invés dos lucros. O mais provável é que nesse caso as empresas reduzam a produção e preservem a margem de lucro.

Por outro lado, no caso de um aumento nos investimentos, é igualmente improvável que as empresas decidam aumentar preços, a não ser que o aumento da demanda agregada chegasse aos limites da capacidade ociosa das empresas. Contudo, no longo prazo, devemos considerar que os investimentos não apenas geram demanda, mas expandem a capacidade produtiva. Assim, o mecanismo postulado entraria em funcionamento apenas se a economia tendesse constantemente para o excesso de demanda.

I.3. Consumo de Luxo e “Realização Dinâmica”

As principais limitações do modelo teórico apresentado acima podem ser superadas se passarmos a considerar que o investimento é capaz de gerar poupança através de variações no produto, e não na distribuição de renda. Esta consideração se apóia no fato de que “no longo prazo, bem mais do que no curto, a economia capitalista é capaz de responder a estímulos de demanda através de variações do produto, tanto através de variações no grau de utilização da capacidade existente quanto da criação de nova capacidade, que resulta do investimento.” (Serrano, 2001, p. 18-19)

Nessa teoria, portanto, deve-se considerar a distribuição de renda como dada por outros fatores, não diretamente relacionados ao nível de produto¹⁷. Dessa forma, aumentos no investimento ou nos gastos com bens de luxo terão o efeito de aumentar o nível de produto em montante superior ao gasto inicial, devido à operação do conhecido mecanismo do multiplicador, que considera os efeitos dos gastos autônomos sobre o consumo induzido dos trabalhadores empregados no atendimento desses gastos iniciais¹⁸.

¹⁷ Seguindo a notação de Serrano (2001) para efeito de comparação, na teoria da distribuição de Cambridge as relações eram **parcela dos lucros = (investimentos + consumo de luxo)/produto**. Aqui, no entanto, a distribuição de renda é exógena e o ajuste se dá por meio de variações no produto. As equações então se alteram: **produto = (investimentos + consumo dos capitalistas)/parcela dos lucros**. A consequência é que aumentos no consumo de luxo fazem aumentar o produto em montante crescente em relação à parcela dos salários na renda, sendo esse o chamado efeito multiplicador. Ver notas nº 5 e nº 16.

¹⁸ Isso não quer dizer que o mesmo não ocorra no caso da teoria da distribuição de Cambridge. Acontece que, nessa teoria, o efeito multiplicador é totalmente mitigado pelo aumento da inflação subsequente.

Dado que tanto os investimentos quanto os gastos dos capitalistas são autônomos (embora o gasto dos trabalhadores não o seja), essa teoria faz surgir outro problema. É necessário considerar o caráter dual do investimento, ou seja, o fato de que no curto prazo o investimento cria demanda como qualquer outro gasto, mas no longo prazo expande a capacidade, repondo a necessidade de ulterior expansão da demanda. Assim posto, o consumo de luxo, como qualquer outro gasto que não crie capacidade, tem a qualidade de resolver esse problema, que foi chamado de “problema de realização dinâmica”.

Na literatura da Cepal sobre desenvolvimento, este tipo de teoria foi utilizado inicialmente em Tavares e Serra (1970). Nesse trabalho, do início dos anos 70, os autores estão “não apenas fazendo uma crítica abstrata à hipótese estagnacionista de Furtado, mas também explicando o fato de ter ocorrido exatamente o oposto do previsto por esse autor: a forte aceleração do crescimento econômico no período do Milagre Econômico.” (Pinkusfeld e d’Ávila, 2007)

Segundo os autores, o que ocorreu no período foi um esgotamento do processo de substituição de importações, que reduziu seu dinamismo. No entanto, o grau de desenvolvimento industrial já alcançado pelo Brasil até então autorizaria o país o iniciar um esquema de expansão “cujos estímulos emanavam do próprio sistema”.

A desaceleração no período após o Plano de Metas estaria, portanto, relacionada à inexistência de um volume adequado de investimentos capaz de assegurar a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica. Este problema, por sua vez, estaria ligado a inadequações na estrutura de demanda e de financiamento. Especificamente, “as possibilidades de crescimento do sistema estariam limitadas pela falta de recursos para financiar os novos investimentos e de demanda que os tornassem rentáveis, embora se contasse com um significativo potencial produtivo que não estava totalmente aproveitado.” (Tavares e Serra, 1970, p. 168)

No caso da demanda, o problema era que, por um lado, a capacidade produtiva existente era aquela que correspondia ao consumo das camadas médias e altas. Por outro, a renda estava concentrada em uma “pequena cúpula”, impedindo a diversificação e ampliação do consumo dos grupos médios e o aproveitamento da capacidade instalada. A solução seria uma reconcentração da renda, em detrimento das camadas mais baixas, de forma a expandir rapidamente o consumo que era “conveniente” ao sistema. Isso seria feito através de expansão

creditícia e de uma violenta compressão dos salários de base, em um cenário de acelerado crescimento do produto.

“A política do novo governo militar criou condições para uma reorganização do esquema distributivo “conveniente” ao sistema, começando por redistribuir a renda em favor dos setores das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pelo lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais mas permanecendo constante os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes. Tudo leva a pensar que a concentração na cúpula continuou a ainda com maior vigor, desde o significativo crescimento do excedente a partir de 1967, possibilitado por um nível de salários reais rebaixado em quase 30%, no caso do salário mínimo (em relação a 1961), em condições de recuperação e expansão acelerada do nível de atividade econômica urbana.” (Tavares e Serra, 1970, p.201)

A concentração de renda também teria sido funcional ao permitir o aumento da relação excedente-salário e, dessa forma, dos recursos disponíveis às empresas para o financiamento de investimentos. Ao mesmo tempo, outros fatores teriam concorrido para dinamizar novamente os investimentos: eliminação de empresas de menor solidez financeira durante a crise; reforma tributária, que teria permitido aumentar os investimentos do governo; atração de capitais estrangeiros de curto prazo; reforma do mercado de capitais, com o desenvolvimento de uma série de empresas financeiras privadas; novos projetos de “solidariedade” entre capital estrangeiro de longo prazo e o Estado em diversas indústrias, complementares à capacidade produtiva existente.

Foram então colocadas todas as condições necessárias para que o Brasil fizesse a transição para um novo esquema de desenvolvimento. As novas condições permitiram que os investimentos crescessem de maneira mais veloz, ao mesmo tempo em que o processo de concentração de renda garantia a expansão de um estilo de consumo totalmente compatível com a utilização da capacidade instalada. Nesse esquema, portanto, a expansão do consumo de luxo teria sido pré-condição para que a nova fase de crescimento acelerado se materializasse.

I.4. Consumo de Luxo Supermultiplicado¹⁹

O problema de se supor que o investimento é autônomo decorre exatamente de seu caráter dual, ou seja, do fato deste criar capacidade produtiva. Se as firmas investem para obter lucros, então é extremamente irrealista dizer que o montante agregado de investimentos possa se descolar persistentemente da evolução dos gastos improdutivos da economia. Isso equivaleria a supor que as firmas são indiferentes em relação à utilização ou não da capacidade produtiva que criam, o que é, sem dúvida, uma afirmação contrafactual.

De acordo com Serrano (2001), é seguro afirmar que: “As empresas investem para obter lucro e manter sistematicamente capacidade ociosa não-planejada certamente significa grandes prejuízos. Da mesma forma, encontrar limites de capacidade produtiva quando a demanda está se expandindo tem altos custos em termos de perdas, com frequência irreversíveis, de fatias de mercado para rivais que antecipam melhor o movimento da demanda.”

Essas considerações fizeram com que autores da abordagem sraffiana propusessem que o investimento fosse tratado, a nível agregado, como totalmente induzido²⁰. Isso não significa negar que existam outros fatores a afetar a trajetória dos investimentos no curto, ou até mesmo no longo prazo²¹. Significa, isso sim, dizer que estes estarão sempre estritamente relacionados ao nível e a taxa de crescimento esperado da demanda efetiva.

Portanto, assim como consideramos o gasto induzido dos trabalhadores como a parcela do produto correspondente aos salários, podemos considerar os investimentos como função de uma propensão a investir certa parcela do produto. Teremos então, além do efeito multiplicador provocado pelo gasto induzido dos trabalhadores, um efeito acelerador devido ao fato do investimento ser também induzido. A soma desses dois efeitos ficou conhecida como “supermultiplicador sraffiano”.

¹⁹ A discussão que se segue é baseada em Serrano (2001).

²⁰ “A rigor, tanto Kalecki quanto os que seguiram este caminho nas teorias keynesianas do ciclo, como Hicks. Goodwin e mais recentemente Possa (1987) tendem a combinar tanto investimento induzido quanto autônomo em seus modelos. Esta é uma prática inadequada, pois supõe que os investimentos induzidos nunca percebem que as parcelas de seus mercados são roubadas pelos investidores autônomos que por hipótese tem técnicas ou produtos superiores.” (Serrano, 2001, p. 23)

²¹ Fatores financeiros, competitivos, inovações (mudanças técnicas), e, claro, expectativas são alguns dos fatores que podem afetar o investimento.

No longo prazo, a taxa de crescimento do produto terá de ser igual à taxa de crescimento dos gastos improdutivos. Isso pode ser provado se supusermos o contrário, ou seja, se imaginarmos que as taxas de crescimento são diferentes. Então o nível de utilização da capacidade instalada, cedo ou tarde, será diferente do nível normal ou desejado. Isso contradiz a hipótese inicial e, logo, o investimento terá que reagir, reduzindo-se ou se acelerando, dependendo do caso, de forma a restabelecer o nível normal.

Chegamos então ao resultado, até certo ponto surpreendente, de que os gastos improdutivos, que na ausência de governo e setor externo correspondem, em grande parte, ao consumo de luxo, são a força motriz por trás do crescimento de uma economia capitalista²².

²² No caso anterior tinha-se que: **produto = (investimentos + consumo dos capitalistas)/parcela dos lucros**. Agora, alternativamente, tomamos os investimentos como função do nível de produto, de modo que: **produto = (consumo dos capitalistas + propensão a investir x produto)/ parcela dos lucros**. Logo, **produto = consumo dos capitalistas/(parcela dos lucros – propensão a investir)**. O divisor desta expressão corresponde ao supermultiplicador. Vê-se logo que os efeitos do consumo de luxo sobre o produto serão tão maiores quanto maior for a participação dos salários no produto e a propensão a investir. Ver notas de rodapé nº 6, 16 e 24.

CAPÍTULO 2 - CONSUMO DE LUXO E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Já foi explicitada no capítulo anterior a teoria de Ragnar Nurkse quanto ao consumo de luxo e os “efeitos de demonstração”, baseada na teoria do consumo de Duesenberry. Resumidamente, o autor postula que as preferências dos consumidores são afetadas quanto estes entram em contato com padrões de consumo superiores, no sentido de aumentar sua propensão a consumir. Mais ainda, esse aumento seria proporcional às diferenças entre os níveis de renda dos consumidores (relativa ou absoluta). Quanto maiores essas diferenças, mais propensos a consumir estariam os consumidores em situação inferior. Naquele capítulo analisamos os reflexos disso no nível de investimento interno. Neste, explicaremos brevemente as consequências daí advindas para o comércio internacional, conforme consideradas pelo autor.

O período em que Nurkse escreveu sobre o assunto foi o da chamada “escassez de dólares”. As explicações usuais, de que os Estados Unidos haviam adquirido superioridade em todas as linhas de produção e, portanto, estavam capacitados a vender aos outros países muito mais do que estavam interessados em comprar, ou de que as exportações americanas encontravam uma elasticidade-renda superior à unidade no resto do mundo,²³ são rejeitadas por Nurkse em favor do princípio ricardiano das vantagens comparativas.

Segundo Nurkse, de acordo com a “opinião clássica”, um desequilíbrio no balanço de pagamentos somente poderia ocorrer se um país insistisse em viver “além de seus meios”, ou seja, se a demanda em um país fosse superior aquela oferta que o seu nível de produtividade determina ser ele capaz de prover. Isso aconteceria como consequência dos “efeitos de demonstração” dos países ricos para os países pobres. Os consumidores destes últimos, ao tomar consciência dos padrões de consumo vigentes nos países avançados por intermédio dos modernos meios de comunicação e transporte, tenderiam sempre a buscar um nível de consumo incompatível com a capacidade de oferta de um país em estágio de acumulação de capital ainda inferior. Consequentemente, haveria uma tendência de desequilíbrio comercial entre um país rico e um pobre, em favor do primeiro.

²³ Nurkse atribui essa segunda teoria a Charles P. Kindleberger, citando seu livro “The Dollar Shortage” (New York, 1950).

“O desequilíbrio no balanço de pagamentos tende indiretamente a surgir de diferenças nos níveis gerais da produtividade. Isso, não porque a produtividade determine os custos de exportação de um país e o seu poder competitivo no mercado mundial, nem porque o país mais produtivo supere necessariamente os outros em toda a linha, e sim porque a produtividade de um país determina sua renda real e seu níveis de consumo e também porque as diferenças nos padrões de vida, quando são muito grandes e amplamente conhecidas, exercem nos países mais pobres pressão no sentido de maior propensão a consumir.”

Essa teoria seria independente da idéia de que os “efeitos de demonstração” exerceriam pressão no sentido de que fossem realizadas importações aos países ricos diretamente daqueles artigos de luxo que compõem o seu padrão de consumo e seriam objeto de desejo, ou necessidade, nos países pobres. Nurkse reconhece que esse fator seria importante, principalmente no tocante às exportações americanas. No entanto, mesmo que todos esses artigos fossem produzidos internamente, a necessidade de consumi-los para além das possibilidades de produção dos países pobres geraria pressões inflacionárias que, mesmo que temporariamente contidas por restrições a importações e outras medidas, acabavam por alterar os preços relativos e favorecer importações, gerando novamente desequilíbrios comerciais. Essa era, portanto, também uma teoria da inflação para países pobres, baseada no consumo de luxo.

O principal problema com esse tipo de teoria continua sendo o mesmo apontado acima, ou seja, a violação do Princípio da Demanda Efetiva. Caso contrário, a introdução de barreiras comerciais combinadas com os “efeitos de demonstração” geraria estímulos à ampliação da capacidade produtiva interna e não necessariamente ao aumento da inflação e do desequilíbrio externo. Conseqüentemente, a explicação para a escassez de dólares provavelmente estaria em algum dos fatores apontados anteriormente e rejeitados por Nurkse em favor do princípio das vantagens comparativas²⁴.

²⁴ Existem ainda outras teorias onde se postula uma relação entre consumo de luxo e contas externas, encontradas em Furtado (1974) e em Fajnzylber (1992). No primeiro caso, no entanto, as considerações quanto às contas externas são secundárias, enquanto no último, são de caráter reconhecidamente especulativo. Em Furtado (1974), o consumo de luxo favorece a penetração de multinacionais, mais exigentes em termos de divisas. Já em Fajnzylber (1992), o consumo de luxo favorece diretamente o gasto em divisas. Essas teorias serão citadas brevemente mais adiante neste texto. De certa forma, Pinto (1970) já havia usado ambos argumentos ao afirmar que: “Os consumos “suntuários” de nossa época requerem muito capital e força de trabalho, além de uma capacidade empresarial altamente qualificada (por exemplo, indústria automobilística ou eletrônica). Nos locais onde esses fatores são abundantes – ou seja, nas economias desenvolvidas –, esse

CAPÍTULO 3 - RELAÇÕES COM A TECNOLOGIA

Neste último capítulo passaremos ao estudo das relações entre consumo de luxo e tecnologia produtiva. Esta divisão de capítulos é um tanto arbitrária, pois, conforme se verá, o consumo de luxo afeta também os investimentos nas teorias que serão exploradas abaixo. No entanto, é fato que, embora esse efeito seja também crucial, é a interação entre consumo de luxo e tecnologia produtiva que determina a dinâmica da economia nos casos que aqui serão vistos, merecendo assim, estudo em separado.

A tecnologia deve ser entendida como uma determinada técnica utilizada para a produção do produto agregado. Ela é representada aqui pelas relações produto-capital (Y/K), capital-trabalho (K/L) e pela produtividade média do trabalho (Y/L) e guardam a seguinte relação entre si: $K/L = (Y/L)/(Y/K)$.

Na primeira seção será analisada teoria que foi melhor formulada por Tavares (1963) e utilizada no mesmo trabalho para analisar os estágios iniciais do chamado processo de “industrialização por substituição de importações”. A segunda seção irá contemplar duas teorias de Celso Furtado, conforme apresentadas em Furtado (1965) e Furtado (1974). Ambas parecem servir ao propósito comum de tentar explicar porque o processo de industrialização levado a cabo até então na América Latina teria sido incapaz de superar o subdesenvolvimento, levando, antes, a sua reprodução e aprofundamento. O capítulo se desdobra, portanto, em duas seções.

III.1. Consumo de Luxo e Dimensões de Mercado

O pensamento estruturalista latino-americano preocupou-se desde o seu início com as dificuldades específicas de se iniciar um processo amplo de industrialização de maneira retardatária. Algumas das questões mais destacadas nesse debate foram àquelas relativas à evolução da técnica produtiva e a maneira como isso afetava o esforço de desenvolvimento dos países latino-americanos²⁵. Era evidente, para diversos autores da época, que o aumento

problema é reduzido (embora de modo algum desapareça, como foi amplamente destacado por autores como Galbraith, Sweezy e outros), mas, nos nossos, ele adquire uma significação primordial, sobretudo uma vez que esses tipos de produção também implicam um *alto componente importado* não apenas em insumos e equipamentos, mas também em pagamentos feitos ao exterior.” (Pinto, 1970, p. 583)

²⁵ Ver Bielschowsky (1998) e Rodríguez (2009) a respeito.

da intensidade de capital das técnicas produtivas,²⁶ que se havia produzido ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, teria repercussões negativas sobre os esforços de *catch up*, uma vez que impunha uma grande necessidade de centralização de recursos produtivos, especialmente na forma de plantas industriais cada vez maiores. A instalação dessas plantas exigiria um grande esforço de poupança em economias relativamente atrasadas, de baixa produtividade²⁷ e, além disso, uma vez em funcionamento, exigiriam escalas econômicas relativamente altas diante das reduzidas dimensões dos mercados domésticos.

Por um lado, Cepal (1949), um dos trabalhos pioneiros, já havia atentado para algumas dessas questões. Especificamente, apontava para as dificuldades no processo de formação da poupança necessária à industrialização nos países latino-americanos, ao afirmar:

“Nos países desenvolvidos a técnica produtiva exige um alto grau de capital per capita, mas o desenvolvimento paulatino da produtividade, que se deve justamente a essa técnica, permitiu que esses países tivessem elevada renda per capita, mediante a qual realizaram a poupança necessária para formar o capital requerido. Inversamente, na maior parte dos países latino-americanos, a poupança é escassa, em decorrência do baixo nível de renda. Quando os que hoje são grandes centros industriais estavam em situação comparável à que agora se apresenta nos países periféricos, e quando a renda per capita era relativamente pequena, técnica produtiva também exigia um capital per capita relativamente exíguo.” (Cepal, 1949, p. 163)

Por outro, Prebisch (1949) atentava para as dificuldades relacionadas às dimensões dos mercados, chamando a atenção para o fato de que os países periféricos que iniciavam sua industrialização não poderiam recorrer a mercados externos para seus produtos, como teria sido o caso dos países europeus. No caso dos primeiros, se estavam desenvolvendo indústrias semelhantes em ambos os lados das fronteiras, enquanto que nos países europeus teria prevalecido algum grau de especialização durante o processo de industrialização.

²⁶ É importante ter claro que aqui se está fazendo referência à intensidade de capital *per capita* (K/L), ou seja, à relação capital-trabalho e não à relação capital-produto (K/Y).

²⁷ A maneira como o consumo de luxo afeta a poupança foi tratada no capítulo 1.

“Outro desses limites é dado pelas considerações relativas à dimensão ótima das empresas industriais. Nos países da América Latina, de um modo geral, vem-se procurando desenvolver, do lado de cá da fronteira, as mesmas indústrias existentes do lado de lá. Isso tende a diminuir a eficiência produtiva e conspira contra a consecução do objetivo social buscado. Trata-se de uma falha muito grave, que o século XIX soube atenuar em muito. Quando a Grã-Bretanha demonstrou, através dos fatos, os benefícios da indústria, outros países a seguiram. Mas o desenvolvimento industrial, estimulado por uma concorrência ativa, realizou-se em favor de certas formas características de especialização, que fortaleceram um intercâmbio proveitoso entre os diferentes países. (...)”

A possibilidade de que se venha a inutilizar uma parte importante do fruto do progresso técnico em função de um fracionamento excessivo dos mercados é, portanto, outro dos limites do desenvolvimento industrial de nossos países”. (Prebisch, 1949, p. 79)

As relações entre escala produtiva, poupança e dimensões do mercado por um lado, e consumo de luxo por outro, assumem diversas formas na literatura do desenvolvimento. Neste trabalho já se apontou ou se apontará para algumas delas. Em geral se reconhece o papel do consumo de luxo de reduzir a oferta de poupança. Nurkse reconhece este aspecto e acrescenta outros, relativos à demanda por capital, ao desequilíbrio externo e ao círculo vicioso da pobreza²⁸. Será visto que na tese estagnacionista de Furtado o consumo de luxo é capaz de, ao mesmo tempo, concentrar a renda e facilitar a poupança, mas aprofundar os problemas relacionados às dimensões do mercado.

Há, no entanto, uma possível associação, mais direta, entre essas variáveis. Conforme geralmente se admite entre os estruturalistas, o desenvolvimento econômico e o conseqüente crescimento da renda pessoal tendem a vir acompanhados de um processo natural de diversificação das formas de consumo, que seria benéfico, conseqüência do esforço das empresas em introduzir novos produtos e do próprio aumento da renda dos trabalhadores²⁹. Do ponto de vista da oferta, isso necessariamente teria de se traduzir em uma crescente diversificação da estrutura produtiva, que, na medida em que viesse acompanhada da

²⁸ Ver capítulo 1.

²⁹ “O progresso técnico permitiu que a população dos grandes países industrializados diversificasse sensivelmente o seu consumo, proporcionando-lhe incessantemente novos artigos de luxo ou artigos cada vez mais aperfeiçoados, que facilitam a vida cotidiana e despertam novas preferências, substituindo as que já possam ter sido satisfeitas graças à elevação contínua da renda.” (Cepal, 1949, p.176). Também em Furtado, “É fato comprovado pela experiência que a procura tende a modificar-se, no sentido da diversificação, sempre que se eleva o salário real médio. Inquéritos realizados entre os mais variados grupos sociais confirmam essa tendência à diversificação da procura.” (Furtado, 1963, p.98)

formação de um mercado cada vez maior, consequência do aumento dos salários, abriria novas frentes de acumulação e seria igualmente positivo.

No processo de desenvolvimento de uma economia primário-exportadora, desde muito cedo o consumo da minoria ligada ao setor exportador teria se descolado do consumo dos trabalhadores e acompanhado àquele vigente nos países desenvolvidos. Em outras palavras, a hipótese postulada é de que o consumo de luxo seria mais diversificado que o consumo dos trabalhadores em geral. Essa idéia aparece de forma clara em Tavares (1963), texto que melhor analisa a dinâmica do processo de “substituição de importações”.

Nesse caso, dada a questão da dimensão ótima das empresas industriais, uma economia cuja renda fosse altamente concentrada e, ao mesmo tempo, tivesse um mercado relativamente pequeno quando comparado ao dos países desenvolvidos, necessitaria de uma diversificação da estrutura produtiva superior ao que seria o recomendável. A necessidade de mercados relativamente grandes para absorver a produção das plantas industriais de grande escala resultaria em uma tendência a elevadas margens de capacidade ociosa. Esse fato, na medida em que afetasse a lucratividade dos investimentos produtivos, passaria a constituir mais um obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento econômico. Segundo Tavares (1963), “(...) fácil é imaginar o que representa, do ponto de vista do que se poderia chamar escalas econômicas, ter que satisfazer uma grande demanda de bens e serviços onde cada um, separadamente, representava uma diminuta fração do mercado global.”

Por outro lado, se o consumo de luxo fosse grande o suficiente, mesmo que muito diversificado, as dimensões do mercado poderiam ser amplas o bastante, quando comparadas às escalas produtivas empregadas, para minimizar o problema. A conclusão é de que é a proporção entre o montante de consumo e as escalas produtivas que realmente importa, e não necessariamente a proporção do consumo de luxo em relação ao consumo total. Essa hipótese está implícita quando Tavares e Serra (1970) busca explicar a funcionalidade do processo de concentração de renda ocorrido no Brasil no período do Milagre Econômico, tema que foi aprofundado no capítulo um.

Em todo caso, a diversidade do consumo de luxo muitas vezes assumiu considerável importância analítica. Quando Tavares (1963) analisa o início do processo de substituição de importações na América Latina, verifica que este se deu exatamente no intuito de preencher as faixas de demanda daquelas classes cuja renda fora defendida do choque externo, ou seja,

das classes vinculadas ao setor exportador. Essa demanda seria semelhante àquela vigente nos países desenvolvidos e sua estrutura deveria ser, conforme se postula, bastante diversificada. Esse fato teria criado as dificuldades apontadas acima, que puderam ser superadas, com maior ou menor sucesso, de acordo com o tamanho dos respectivos mercados internos, entre outros fatores.³⁰

“Se bem que o Brasil, em relação aos maiores países da América Latina, apresentasse e apresente ainda hoje baixos índices per capita tanto de renda como de consumo de produtos industriais básicos, os seus montantes absolutos são no entanto geralmente maiores. Assim, pois, as dimensões do seu mercado interno eram e são, comparativamente, mais favoráveis para um processo de industrialização, sobretudo se levarmos em conta a sua concentração.”
(Tavares, 1963, p. 99)

Ao contrário de Maria da Conceição Tavares, Prebisch e Furtado sempre tenderam a focalizar a questão do hiato de poupança no tratamento do consumo de luxo³¹. Talvez por essa razão, esses autores não tenham se referido ao problema desde o início. Cepal (1949) faz referência aos problemas relacionados às dimensões de mercado e reconhece o caráter diversificado do consumo de luxo, mas não os associa diretamente³². Em Furtado (1974), a referência que se faz à questão, inserida no contexto da sua “teoria da dependência”, parece se referir a problemas de escala relacionados à intensidade de capital nos métodos produtivos e não à diversificação do consumo de luxo *per se*³³.

³⁰ Entre eles aponta-se “o grau de diversificação da estrutura produtiva, já alcançado dentro do modelo tradicional exportador, (...) a coincidência espacial dos setores dinâmicos num e noutro modelos de desenvolvimento, a disponibilidade relativa de fatores (sobretudo abundância de terra e mão-de-obra) e a política econômica” (Tavares, 1963, p. 98-99)

³¹ Ver Bielschowsky (1998).

³² Por um lado se afirma: “Outra consequência importante da disparidade entre os graus de evolução da renda e da técnica produtiva consiste na baixa intensidade da demanda que, em termos gerais, caracteriza uma parte da população latino-americana, apesar de sua magnitude numérica. Não apenas a falta de capital ou de habilidade para manejá-lo apõe-se à utilização de elementos de técnica avançada, como também a debilidade da demanda impede que se aufram as vantagens da produção em grande escala.” (Cepal, 1949, p. 164-165) Por outro: “O progresso técnico permitiu que a população dos grandes países industrializados diversificasse sensivelmente o seu consumo (...) os países com renda *per capita* equiparável à que os grandes centros possuem desde longa data tendem a imitar as formas atuais de consumo destes últimos, e, como também procuram assimilar sua técnica produtiva, que exige uma grande poupança *per capita* (...)” (Cepal, 1949, p.176).

³³ Essa questão é explorada no próximo item.

“É durante a fase de “substituição de importações”, a qual se liga às tensões da balança de pagamentos, que tem início a formação de um sistema industrial. Mas, pelo fato de que o consumo da minoria modernizada é altamente diversificado, as indústrias que formam esse sistema tendem a enfrentar problemas de deseconomias de escala, que, se ao nível da empresa podem encontrar solução parcial na proteção e nos subsídios, ao nível social se traduzem em elevados custos.” (Furtado, 1974, p. 90-91)

A hipótese de que o consumo de luxo teria agravado os problemas de dimensão dos mercados parece bastante plausível. Por um lado, não é difícil aceitar que este seja mais diversificado e, conforme já se apontou acima, considera-se a existência de forte evidência empírica nesse sentido. Ao mesmo tempo, os problemas relativos às dimensões dos mercados parecem se aproximar positivamente da unanimidade na literatura desenvolvimentista. Rodríguez (2009) é categórico ao afirmar que: “Como é claro, as escalas mínimas disponíveis em distintas atividades, excessivas em relação à dimensão dos mercados periféricos correspondentes, implicam que essas atividades terão de operar com capacidade ociosa. Portanto, qualquer que seja o esforço de acumulação empreendido na periferia (isto é, a taxa de economia que nela se alcance), em maior ou menor medida esse esforço será desperdiçado em prejuízo do ritmo da própria acumulação de capital.” (Rodríguez, 2009, p. 226) Dessa forma, se é verdade que a oferta teria acompanhado essa estrutura de demanda, então parece bastante provável que este tenha sido mais um fator a dificultar o desenvolvimento econômico, embora seja difícil precisar sua real importância.

III.2. Consumo de Luxo, Estagnação e Dependência

Talvez pertença a Celso Furtado a tese mais radical em relação ao papel exercido pelo consumo de luxo no processo de desenvolvimento econômico. Ele, assim como outros importantes autores da tradição cepalina, passam a ter a percepção, no início dos anos 1960, de que o período de crescimento acelerado dos anos 1950 havia chegado a pontos de estrangulamento e desequilíbrios macroeconômicos, setoriais e sociais. Com efeito, em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado passa a defender a hipótese de que o processo de desenvolvimento levado a cabo até então nas economias latino-americanas levaria inexoravelmente à estagnação econômica. Segundo o autor:

“Nada autoriza a ver no desenvolvimento latino-americano uma fase de transição para estruturas capitalistas do tipo que hoje conhecemos na Europa Ocidental e na América do Norte, pois existe ampla evidência empírica de que a industrialização substitutiva vem agravando o dualismo do mercado de trabalho, ampliando-se o hiato entre setor moderno e economia pré-capitalista, sem que se vislumbre qualquer perspectiva de redução da importância desta última como fonte de ocupação. No setor urbano a agravação do mesmo dualismo se manifesta através do rápido crescimento de populações subempregadas.” (Furtado, 1965, p.87)

A idéia central desse artigo é de que o avanço do processo industrialização, ao esgotar as possibilidades de substituição no setor de bens de consumo não duráveis, deverá avançar para a faixa “difícil” dos bens de consumo duráveis e bens de capital que, por hipótese, teriam relação capital-produto (K/Y), intensidade de capital (K/L) e produtividade do trabalho (Y/L) mais elevadas³⁴. Conforme o montante de investimentos se concentra nesses últimos setores, menor é a absorção de mão-de-obra e, dado um salário fixo, maior a concentração de renda. A concentração de renda, por sua vez, altera o perfil da demanda cada vez mais na direção dos bens de consumo duráveis que, na medida em que é atendida pela oferta, alimenta o processo de elevação da relação capital-produto, da intensidade de capital e da própria concentração de renda. As indústrias de bens de consumo, por sua vez, seriam mais exigentes em termos de dimensões do mercado e os bens de capital teriam seus preços elevados no processo, colocando em marcha novos fatores de elevação da relação capital-produto. O aumento da relação capital-produto, dessa forma, reduziria a eficiência dos investimentos produtivos, levando à perda de dinamismo e, no limite, à estagnação, em um “processo cumulativo circular” ou de “causação circular”³⁵.

Uma exposição simplificada do modelo usado pelo autor poderia ser feita da seguinte forma. Suponhamos a existência duas economias, A e B, e 3 setores distintos. O Setor 1 é um setor de subsistência, pré-capitalista, onde os trabalhadores recebem o salário de $b=400$. O Setor 2 produz bens de consumo não duráveis e tem os seguintes coeficientes tecnológicos: $Y/L = 2.500$ e $Y/K = 1$. O Setor 3 produz bens de consumo duráveis e bens de capital e tem

³⁴ Furtado não se alonga na questão, apenas afirma que “A rigor, não se pode afirmar que toda indústria produtora de bens duráveis de consumo ou de equipamentos apresente um elevado coeficiente de capital e que o contrário aconteça com as indústrias produtoras de bens não duráveis de consumo. Mas é perfeitamente evidente que essa é a regra geral.” (Furtado, 1965, p.78)

³⁵ Ao mesmo tempo, “a crescente concentração de renda e sua contrapartida de população subempregada que aflui para as zonas urbanas, criam tensões sociais que, por si, são capazes de tornar inviável o processo de crescimento.” (Furtado, 1965, p. 86-87)

coeficientes tecnológicos distintos: $Y/L = 10.000$ e $Y/K = 0,82$. Nesse caso, os setores 2 e 3 terão taxa de lucro igual a 76%³⁶. Suponhamos também que os setores 2 e 3 pagam salários de $b=600$, de forma que os trabalhadores do setor de subsistência sempre preferirão trabalhar nos outros dois setores³⁷. A oferta de mão-de-obra para os setores 2 e 3 é, portanto, infinitamente elástica. Nessas economias vale a Lei de Say, de modo que toda produção não consumida necessariamente se transforma em investimento.

Se na economia A existirem apenas os setores 1 e 2, a participação dos lucros no produto será igual à taxa de lucro de 76% (suponha que o produto do setor 1 é irrisório, sua única função é fornecer mão-de-obra para os outros setores). Se propensão a poupar dos capitalistas for igual a 0,5, e toda a poupança for investida na ampliação do próprio Setor 2, a taxa de crescimento dessa economia será igual a 38%³⁸.

Por outro lado, na economia B, sob as mesmas condições, mas que ao invés dos setores 1 e 2 seja formada pelos setores 1 e 3, a participação dos lucros no produto será igual a 94%³⁹. Sua taxa de crescimento será, no entanto, necessariamente igual, já que a taxa de lucro e a propensão a poupar dos capitalistas são semelhantes.

Se, em algum momento, a economia A passar a investir toda a sua poupança na instalação de um setor 3⁴⁰, sua taxa de crescimento se reduzirá imediatamente para 31%, pois nessa economia o nível de poupança não será capaz de sustentar a mesma taxa de crescimento, dada a menor eficiência do novo estoque de capital a acumular⁴¹. Por outro lado, cada nova unidade de capital adquirida para o setor 3 empregará 4 vezes menos trabalhadores, o que significa que, dado o nível de salário, a renda estará se concentrando nas mãos dos capitalistas e tendendo à distribuição prevalecente na economia B, onde os capitalistas detêm 94% do produto. Conforme esse processo de concentração de renda continue, a taxa de crescimento deverá voltar a se acelerar, de maneira que a taxa de 31% estabelecerá um piso para essa economia, e a taxa de 38% um teto, para o qual ela tenderá, *ceteris paribus*⁴². Ao mesmo

³⁶ $r = (Y/K)(1-bL/Y)$, onde r = taxa de lucro e b = nível de salários.

³⁷ No modelo original há apenas uma economia, que além dos setores acima possui dois setores agrícolas. No entanto, a economia B aqui não desempenha qualquer papel, tendo propósito meramente expositivo. Os coeficientes tecnológicos e os salários são iguais.

³⁸ $\{G = Sk[1-b(L/Y)](Y/K)\}$, onde G = taxa de crescimento e Sk é a propensão a poupar dos capitalistas.

³⁹ $Ly = [1 - b(L/Y)]$

⁴⁰ Como essa economia produz inicialmente apenas bens de consumo não duráveis, isso deverá ser feito por meio da exportação de parte destes e importação de bens de capital.

⁴¹ $G = (0,5)(0,76)(0,82)$

⁴² Apenas se a taxa de lucro no novo setor, o setor B, fosse menor, o crescimento seria afetado no longo prazo. “Esse fenômeno, entretanto, se insere numa discussão muito mais ampla que o modelo Furtadiano, sendo um

tempo, uma vez que o estoque de mão-de-obra do setor 1 não seja infinito, a redução de seu ritmo de absorção permitiria prolongar o processo de crescimento por mais tempo antes que este passasse a pressionar salários para cima e lucros para baixo.

O modelo acima é uma simplificação do que foi apresentado por Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina*, mas os resultados de curto prazo são semelhantes. O processo de migração da estrutura da oferta do setor 2 para o setor 3 seria consequência do próprio avanço do processo de substituição de importações, que naturalmente caminharía no sentido de esgotar as possibilidades de substituição no setor 2. Isso acarretaria uma pressão crescente sobre o balanço de pagamentos cuja única solução seria a internalização de um setor 3. A concentração de renda decorrente levaria a uma intensificação dessa tendência ao aumentar o consumo de luxo, direcionando a demanda para os bens de mais alto valor agregado, notadamente os bens de consumo duráveis. Isso desencadearia o mesmo processo, repetidamente.

“Em síntese: a demanda global vai mudando sua composição de tal forma que os recursos produtivos deverão orientar-se no sentido de aumentar a participação daqueles setores em que é menor a produtividade de K (Y/K) (bens duráveis de consumo) e de reduzir a daquele em que essa produtividade é relativamente maior (agricultura capitalista). Surge, assim, um processo cumulativo circular pelo qual as transformações na composição da demanda global determinam modificações na estrutura da oferta que, ao concretizar-se, acarretam: a) elevação na relação capital-trabalho do conjunto do sistema econômico (K/L), b) declínio na transferência de mão-de-obra dos setores de baixa para os de mais alta produtividade, e c) aumento na relação capital-produto da economia como um todo (K/Y).” (Furtado, 1965, p. 81-82)

Dentro desse do modelo, o consumo de luxo é exatamente o elo que permite colocar o mecanismo “circular cumulativo” a que se fez referência em movimento, pois é o que conecta a intensificação do processo de concentração de renda com a redução relativa da demanda e do investimento em setores de maior produtividade do capital e emprego de mão-de-obra, em benefício daqueles em que ocorre o contrário.

tema extremamente controverso e pertencente à tradição Marxista. A ocorrência de tal tendência prescinde de qualquer referência específica à condição periférica de uma determinada economia, ou seja: seria uma tendência inerente ao processo de acumulação capitalista.” (Pinkusfeld e d’Ávila, 2007, p.12)

Há então uma redução da taxa de crescimento. No entanto, fica explícito que essa redução tenderá a ser um fenômeno de curto prazo. O processo de concentração de renda tende a elevar o nível de poupança de modo a permitir a retomada do nível de crescimento antes prevalecente. Para Furtado, no entanto, a concorrência de outros fatores deveria impedir que esse processo automático de ajustamento tivesse efeito, aprofundando a tendência de elevação da relação capital-produto e, dessa vez, afetando a taxa de lucro. Seriam eles: as maiores dificuldades em termos de dimensões de mercado no setor de bens de consumo duráveis e a elevação nos preços dos bens de capital. O primeiro fator tende a elevar a relação capital-produto na medida em que provoca elevadas margens de capacidade ociosa na economia. O segundo fator altera os preços relativos e provoca elevação da relação capital-produto nos setores compradores de equipamentos, ao encarecê-los.

O primeiro fator, no entanto, relaciona-se estritamente ao segundo, na medida em que a elevação dos preços dos bens de capital seria consequência do fato de que, no processo de substituição de importações, estes somente encontrariam condições de desenvolvimento quando os preços relativos neste setor alcançassem níveis elevados, pois enfrentariam maiores obstáculos decorrentes das limitadas dimensões do mercado e da falta de meios adequados de financiamento de suas vendas.

As dificuldades relativas às dimensões de mercado estão fartamente documentadas e são tema recorrente na literatura do desenvolvimento. O tema, inclusive, foi em parte abordado no item anterior. Segundo Tavares e Serra (1970), que faz crítica detalhada à tese de Furtado, “(...) é indiscutível que, pelo menos em algumas atividades, a relação efetiva produto-capital tende, nas etapas mais avançadas do processo substitutivo, a permanecer muito abaixo da relação máxima possível.” No entanto, não há razão para supor que esses problemas tendam a ser cumulativamente maiores, e não menores, com o passar do tempo e a continuidade do processo de crescimento, como admite o próprio Furtado ao afirmar que: “Ali onde as dimensões reais e potências do mercado são relativamente grandes, como é o caso do Brasil, é perfeitamente concebível que as indústrias de bens de capital superem as dificuldades da primeira fase e venham a beneficiar-se de certas economias de escala, detendo a tendência a que fizemos referência de encarecimento relativo dos equipamentos.” (Furtado, 1965, p. 84-85)

“Não obstante, não há nenhum motivo para admitir que, a nível macroeconômico, a relação produto-capital necessariamente sofra uma queda no momento em que se atualizam os lucros dos investimentos de infraestrutura que permitiram a instalação das indústrias metal-mecânicas e de base. Pode-se, no entanto, supor que com o passar do tempo sejam propiciadas condições de demanda e complementação adequadas que venham a resultar numa melhor utilização da capacidade instalada. Ambas as situações tenderiam a provocar elevação da relação produto-capital.” (Tavares e Serra, 1970, p. 166-167)

Diversos outros problemas foram apontados por autores no modelo de Furtado. As suposições quanto à tecnologia e, especificamente, quanto à relação entre ganhos de produtividade, maior mecanização e progresso técnico podem ser logo destacadas. Com efeito, “a idéia de que a relação produto capital declina necessariamente quando se eleva o coeficiente capital-trabalho (que está associada a um esquema analítico de corte neoclássico, de equilíbrio geral) não leva em consideração os efeitos do progresso técnico vinculado à acumulação de capital.” (Tavares e Serra, 1970, p.164-165) A suposição de que o consumo de luxo é necessariamente mais capital intensivo também já foi considerada duvidosa diante dos diversos contra-exemplos que podem ser imediatamente apresentados. Um dos pontos mais insatisfatório do modelo, no entanto, é sem dúvida a violação do Princípio da Demanda Efetiva e o conseqüente apelo à Lei de Say. Esse último ponto foi diretamente explorado no segundo capítulo⁴³. De qualquer forma, o “milagre econômico” tratou de solapar qualquer margem de dúvida quanto à precariedade das suposições acima.

Posteriormente, em *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, já se verifica em Furtado uma posição menos radical em relação à industrialização na periferia. A partir do conceito de “dependência”, o autor postula uma nova dinâmica entre consumo de luxo e crescimento industrial, que resultaria em um processo de crescimento crescentemente concentrador e poupador de mão-de-obra e, dessa forma, incapaz de criar empregos em velocidade suficiente para “engolir” o setor de subsistência, aumentar os salários e alterar as estruturas sociais. Embora ainda bastante radical, trata-se de um recuo em relação à tendência à estagnação que antes se postulava.

⁴³ Essas críticas e outras estão detalhadas em Tavares e Serra, (1970), Pinkusfeld e d’Ávila, (2007) e Scherer (2007).

A idéia de “dependência” estava embasada historicamente por Furtado e se ligava à maneira como as economias periféricas teriam se integrado à divisão internacional do trabalho. Segundo Furtado (1974), o acelerado processo de desenvolvimento industrial e acumulação de capital nas economias centrais teve como reflexo, na periferia, uma especialização produtiva em setores básicos de exportação. Esses setores puderam se desenvolver pela simples realocação dos fatores de produção, no processo de transição de uma economia de subsistência para uma de agricultura comercial. Isso significou que, no centro, as economias que se formaram estavam sujeitas a uma intensa penetração do progresso técnico, enquanto na periferia esse processo não se repetia.

Mesmo essa simples realocação dos fatores de produção, no entanto, foi capaz de produzir um excedente. No entanto, esse excedente, extremamente concentrado nas mãos de uma minoria, não se conectava à formação de capital como nos países centrais, mas acabava sendo utilizado na difusão dos padrões de consumo que prevaleciam no centro entre os membros da elite periférica⁴⁴.

A “dependência cultural” se deu a partir do momento em que essas elites “perderam contato com as fontes culturais dos seus respectivos países”, passando a seguir de perto os padrões de consumo do centro.

“Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo da produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto).”

O problema da dependência cultural se coloca principalmente na fase de substituição de importações, quando se busca produzir internamente os bens que essas elites antes importavam. Segundo Furtado, nos países centrais, o progresso técnico se daria pela criação de novos bens de consumo para os estratos de renda mais alta, que trariam com eles métodos produtivos mais intensivos em capital e com maior produtividade por trabalhador, e sua

⁴⁴ No capítulo 1 essa idéia é utilizada como ilustração da presença, no pensamento heterodoxo, da idéia de que o consumo de luxo concorre com o investimento como forma de aplicação do excedente.

posterior difusão para o conjunto da sociedade. Ocorreria que, uma vez que o novo produto fosse introduzido, o aumento da produtividade do trabalho seria acompanhado de elevação dos salários. Conforme esse processo continuasse, os bens que antes se destinavam às elites passariam a ser consumidos também pelos trabalhadores, permitindo inclusive economias de escala.

Na periferia, quando se começou o processo de substituição de importações, a técnica introduzida para a produção dos bens antes importados não se corresponderia com o grau de acumulação de capital previamente alcançado. Em outras palavras, em meio a uma economia caracterizada por um excedente estrutural de mão-de-obra, a tecnologia produtiva adotada era intensiva em capital e economizadora de trabalho. Mais ainda, em termos dinâmicos, o consumo das elites locais dependentes tendia a acompanhar “a rápida diversificação da panóplia de bens de consumo dos países de mais alto nível de renda.” Isso significava que, conforme afluíam novos padrões de consumo, essa orientação da tecnologia tendia a se aprofundar cada vez mais. O problema era que, dado o excedente de mão-de-obra existente, os salários tendiam a permanecer no nível de subsistência e a não acompanhar os aumentos da produtividade do trabalho. O processo de acumulação de capital ia então aprofundando a concentração de renda, o consumo de uma minoria se ampliava constantemente e a economia passava a ter então sua capacidade de absorção de mão-de-obra cada vez mais prejudicada.⁴⁵

“Abordemos o problema de outro ângulo: nas economias subdesenvolvidas, o fator básico que governa a distribuição de renda e, portanto, os preços relativos e a taxa de salário real no setor em que se realiza a acumulação e penetra a técnica moderna, parece ser a pressão gerada pelo esforço de modernização, isto é, pelo esforço que realizam os grupos que se apropriam do excedente para reproduzir as formas de consumo, em permanente mutação, dos países cênicos. Essa pressão dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada. Ela, mais do que a existência de uma oferta elástica de mão-de-obra, determina o diferencial entre salário industrial e o salário no setor de subsistência.”

⁴⁵ Furtado (1974) não mais faz referências a supostas reduções na relação produto-capital (Y/K). Se tomarmos Y/R fixa, então a aumentos na intensidade de capital (K/L) corresponderão aumentos proporcionais em Y/L , pois $K/L = (Y/L) / (Y/K)$. Conforme se viu, nesse caso a participação dos lucros na renda tenderá a subir se os salários ficarem fixos, pois esta é dada por $(1-bL/Y)$.

A questão então passa a ser a existência de um padrão de crescimento incapaz de superar a heterogeneidade estrutural que caracteriza o subdesenvolvimento. Por outro lado, sabe-se que, em uma economia dual, a condição de superação dessa condição, a longo prazo, é que a taxa de absorção de mão-de-obra no setor moderno seja maior que a taxa de crescimento da força de trabalho no setor moderno e no setor informal⁴⁶. Na verdade, se seguirmos Tavares e Serra (1970) e tomarmos a taxa de crescimento da economia como determinada exogenamente, não necessariamente ocorrerá uma violação dessa condição. Pode muito bem ocorrer o contrário e, mesmo após aumentos na relação Y/L , a absorção de mão-de-obra continuar compatível⁴⁷.

Nesse ponto, no entanto, Furtado (1974) parece assumir uma posição pessimista ao postular que as formas de consumo no centro estão em “permanente mutação”, e que isso acarreta pressão das elites por uma “rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada.” Para piorar, haveria a penetração de empresas multinacionais, que ajudariam a condicionar o influxo de padrões de consumo, acentuando o processo de “dependência”.

Apesar disso, em geral não é absurdo supor que taxas bastante factíveis de crescimento serão suficientes para garantir uma trajetória satisfatória e sustentável de absorção de mão-de-obra, embora a tendência da economia capitalista ao constante aumento da produtividade do trabalho seja ponto pacífico na Economia. Pode-se então postular que, se no curto prazo a concentração de renda tenderia a subir, no longo prazo haveria uma crescente pressão pelo aumento dos salários, conforme a reserva de mão-de-obra fosse escasseando. Isso poderia

⁴⁶ Especificamente, $G_l > t + t \cdot Ea/Em$, onde G_l representa a taxa de aumento do emprego no setor moderno, t é a taxa de crescimento da população ativa, Ea o subemprego e Em o emprego no setor moderno. Se Y/L é fixa, G_l será igual à taxa de crescimento do estoque de capital. No entanto, se Y/L aumenta, G_l se reduz, pelo menos no curto prazo. Ver Rodríguez (2009).

⁴⁷ Se, alternativamente, supuséssemos que a taxa de crescimento é determinada pelo funcionamento da Lei de Say, é possível provar que o processo de concentração de renda tem impacto positivo sobre a absorção de mão-de-obra, pois embora uma redução em L/Y reduza a sua absorção por unidade de capital (K), necessariamente causará também, *ceteris paribus*, um aumento na parcela dos lucros e, conseqüentemente, nos investimentos e na taxa de crescimento da economia. Rodríguez (2009), refere-se da seguinte forma ao argumento de que a adoção de técnicas mais intensivas em capital prejudicaria a absorção de mão-de-obra: “Assim exposto, este argumento há de ser julgado errôneo, posto que desconsidera os efeitos dinâmicos do uso de técnicas de densidade de capital elevada (ou até da alta desta). É certo que, na maior densidade, um determinado volume de investimentos suporta níveis de produtividade do trabalho também elevados (ou aumento desses níveis). Por sua vez, a alta produtividade (ou seu aumento) constitui uma base essencial para a consecução de ritmos de acumulação de capital capazes de sustentar taxas de incremento do emprego mais favoráveis do que as que derivariam de dotações de capital por homem mais reduzidas.” (Rodríguez, 2006, p. 224)

provocar a reversão do processo de concentração de renda e, até mesmo, criar uma dinâmica positiva, parecida com a existente no centro⁴⁸.

De qualquer forma, no concerne ao consumo de luxo, o que se vê logo acima é muito semelhante à teoria da estagnação exposta anteriormente. No primeiro caso, o consumo de luxo orientava a demanda e a produção na direção de bens em que a relação capital-produto era alta, assim como a produtividade do trabalho e a intensidade de capital. No segundo, as suposições quanto à relação capital-produto parecem ter sido abandonadas. No entanto, o consumo de luxo continua provocando elevações na intensidade de capital e na produtividade do trabalho. Talvez por isso, em Furtado (2000), “mantêm-se o uso da palavra “estagnação” ainda que não exatamente como o fenômeno da cessação do crescimento econômico mas como a sua não aceleração ou um certo “entorpecimento” que resultaria de uma “baixa eficiência dos investimentos... [com o] processo de industrialização reduz[indo] seu poder de transformações das estruturas sociais.” (Pinkusfeld e d’Ávila, 2007, p. 17)

⁴⁸ Na verdade, Furtado assume influências menos “mecânicas” nesse processo, como a atuação dos sindicatos e do governo, controlado pelas elites, especialmente no caso do Brasil.

CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos estudar a maneira como o consumo de luxo é tratado em diversas teorias heterodoxas do desenvolvimento econômico. Mostramos como esta variável é suposta, dependendo da teoria, capaz de reduzir ou induzir investimentos, causar inflação, concentração de renda, estagnação econômica, aumento das desigualdades sociais, da capacidade ociosa e, por vezes, desequilíbrios externos, entre outras coisas.

Ao mesmo tempo e conforme o objetivo deste trabalho, buscou-se destacar o papel central ocupado pelo consumo de luxo dentro dos chamados “condicionantes estruturais internos” do pensamento cepalino, especificamente no que se refere à dinâmica de crescimento e absorção de mão-de-obra insuficientes no processo de industrialização e ao hiato de poupanças.

A força desse último argumento ainda é grande e foi retomada recentemente em Fajnzylber (1992), tão logo o pensamento cepalino tornou-se novamente capaz de retomar as reflexões de mais longo prazo⁴⁹. Segundo esse autor, o fato de nenhuma economia latino-americana ter sido capaz de crescer com equidade - o chamado “cassilero vacío” – seria diretamente responsável por um padrão de consumo pouco “austero”, emulador daquele vigente nos países avançados. Essa falta de austeridade reduziria a disponibilidade de recursos para investimentos e, conseqüentemente, para a incorporação de novos equipamentos e produtos que aumentam a produtividade, o aprendizado tecnológico e a competitividade das economias, tendo conseqüências nefastas sobre a sua inserção internacional e capacidade de crescimento no longo prazo⁵⁰.

Conforme se viu, essa hipótese em especial, mas também boa parte das outras citadas ao longo deste texto, é passível de fortes e contundentes críticas. Parece claro que na economia aberta o consumo de luxo e/ou os insumos necessários a sua produção podem ser - e muitas

⁴⁹ Sobre a estrutura e os diversos ciclos do pensamento da Cepal, ver Bielschowsky (1998).

⁵⁰ “La equidad favorecería entonces al crecimiento, directamente por la vía de inducir un patrón de consumo compatible con una tasa más alta y más eficiente de inversión e, indirectamente, en la medida en que crea un clima social compatible con el esfuerzo de «construcción de futuro» que requiere necesariamente de legitimidad por parte de la élite y del sistema para favorecer la disposición del conjunto de la sociedad a emprender las acciones y decisiones conducentes al propósito del crecimiento.” (Fajnzylber, 1992, p. 24) No mesmo texto, como que retomando Furtado (1965) e Pinto (1970), o autor chega a especular que a difusão do consumo de luxo poderia causar um aumento na relação capital-produto da economia, no uso de divisas, de energia e de necessidade de infra-estrutura, mas admite ser essa hipótese de muito difícil verificação empírica.

vezes o são – um entrave ao crescimento econômico pela restrição externa.⁵¹ Os problemas costumam aparecer no momento em que se tenta transferir o argumento para o plano interno em economias que estão exatamente fazendo a substituição de importações destes mesmos bens de luxo.

⁵¹ Esse não é o caso na teoria original de Ragnar Nurkse exposta no capítulo 3. Como o próprio autor admite, naquele capítulo tratava-se de um problema de falta de poupança e não de restrição externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, C.P. e PEREIRA, B.R. (2006) Revisão Crítica da hipótese da ocorrência de poupança forçada entre 1956 e 1963. Publicado nos Anais do XI Congresso Nacional de Economia Política da Sociedade de Economia Política, Espírito Santo.

BASTOS, C. P. (2008) Guia de Leitura para o Debate entre Nurkse e Furtado em 1951. Palestra na Mesa Redonda de Lançamento das *Memórias do Desenvolvimento* nº1, vol 1 disponível em: www.centrocelsofurtado.org.br Acessado em 06/03/2008

BIELSCHOWSKY, R. (1998) Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal – Uma Resenha. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinquenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

CEPAL (1949) Estudo econômico da América Latina 1949. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinquenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

CESARATTO, S e SERRANO, F. (2001) As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica Sraffiana. IE-UFRJ, *mimeo*, 2001.

FAJNZYLBER, F. (1990) Industrialização na América Latina: da “caixa-preta” ao “conjunto vazio”. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinquenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

_____ (1992) Industrialización en América Latina: De La <<caja negra>> al <<casillero vacío>>. Nueva Sociedad, n. 118, Marzo-Abril, p. 21-28, 1992.

FURTADO, C. (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. (2ª edição) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

_____ (1965) *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1974) *O mito do desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEWIS, W. A. (1954) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: Agarwala, A.N. e Singh, S. P. (org) (1969) *A economia do subdesenvolvimento*. Forense.

NURKSE, R. (1957). Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PINKUSFELC, C e D'ÁVILA, J. (2007) O Debate do Desenvolvimento na Tradição Heterodoxa Brasileira: da Cepal à Escola da Unicamp. VII Congresso Brasileiro de História Econômica. Aracaju, SE, 2007.

PINTO, A. (1970) Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinqüenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 2, 2000.

_____(1976) Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinqüenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 2, 2000.

PREBISCH, R (1949) O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinqüenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

_____(1952) Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinqüenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

_____(1963) Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: Bielschowsky, R. (org) *Cinqüenta anos do pensamento na CEPAL*. Record, volume 1, 2000.

RESENDE, A.L. (1989) Estabilização e reforma: 1964-1967. In: Abre, M. P. (org) *A ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889 – 1989*. Rio de Janeiro: Campus.

RODRÍGUEZ, O. (2009) *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

SERRA, J.(1981) Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: Beluzzo, L. G. e Coutinho, R. (orgs) *Desenvolvimento capitalista no Brasil – Ensaio sobre a crise*, Brasiliense, volume 1, 1982.

SERRANO, F. (2005) Acumulação de capital, poupança e crescimento, *mimeo*, IE-UFRJ.

SERRANO, F. (2001) Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento. In: Fiori, J. L. e Medeiros, C. (orgs) *Polarização Mundial e Crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

SERRANO, F. (2001) Equilíbrio neoclássico de mercado de fatores: uma crítica do ponto de vista Sraffiano. *Ensaio FEE*, n. 1, 2001.

SERRANO, F. (2000) A soma das poupanças determina o investimento?. *Archetypon*, maio/agosto, 2000.

SCHERER, M.P. (2007) A Relação entre Crescimento e Distribuição de Renda na Economia do Desenvolvimento: do Modelo de Lewis à Belíndia. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

TAVARES, M.C. (1963) Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: Tavares, M. C. (1978) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. (7ª edição) Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TAVARES, M. C. e SERRA, J. (1970) Além da estagnação. In: Tavares, M. C. (1978) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira*. (7ª edição) Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

